



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**ANTROPOLOGIA – DIVERSIDADE
CULTURAL LATINO - AMERICANA**

**O SERVIÇO SOCIAL NO PROGRAMA CONSTRUINDO A CIDADANIA: UMA
PERSPECTIVA PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL PAUTADA NOS DIREITOS
HUMANOS.**

VIVIAN APARECIDA DOS SANTOS

Foz do Iguaçu
2019



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**ANTROPOLOGIA – DIVERSIDADE CULTURAL
LATINO-AMERICANA**

**O SERVIÇO SOCIAL NO PROGRAMA CONSTRUINDO A CIDADANIA: UMA
PERSPECTIVA PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL PAUTADA NOS DIREITOS
HUMANOS**

VIVIAN APARECIDA DOS SANTOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Especialização em Direitos Humanos na América Latina

Orientador: Prof. Adriéli Volpato Craveiro

Foz do Iguaçu
2019

VIVIAN APARECIDA DOS SANTOS

O SERVIÇO SOCIAL NO PROGRAMA CONSTRUINDO A CIDADANIA: UMA PERSPECTIVA PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL PALTADA NOS DIREITO HUMANO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Especialização em Direitos Humanos na América Latina.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Adriéli Volpato Craveiro
UNILA

(Especialista) (Escarlet luiza de Lemos)
(CRAS)

(Especialista) (Tatiana Marli de Azeredo)
(Hospital Municipal)

Foz do Iguaçu, 30 de Março de 2019.

SANTOS, Vivian, Aparecida. **Título do trabalho: O SERVIÇO SOCIAL NO PROGRAMA CONSTRUINDO A CIDADANIA: UMA PERSPECTIVA PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL PAUTADA NOS DIREITOS HUMANOS.** 2019. 39. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

RESUMO

A política pública de educação é uma das áreas que vem empregando cada vez mais Assistentes Sociais. No município de Foz do Iguaçu, dentre os anos que permeia 2006 até 2017, subsistiu o Programa Construindo a Cidadania. Esse Programa empregava Assistentes Sociais no âmbito escolar, tanto para atender as Escolas Municipais, quanto os Centros de Educação Infantil. O artigo possui como objetivo principal discutir o processo de trabalho do Serviço Social no Programa Construindo a Cidadania in loco á Educação Infantil, entre os anos de 2012 até 2017. Dessa forma, utilizou-se de pesquisa qualitativa, através de relatos de experiência. Os resultados apontam que as principais atividades desenvolvidas pelo Assistente Social no espaço ocupacional, durante o período, foram as seguintes: visita domiciliar, atendimentos, orientações, encaminhamentos, reuniões, relatório social, dentre outras atividades, necessária ao longo do trabalho.

Palavras-chave: Educação. Serviço Social. Assistente Social

SANTOS, Vivian, Aparecida. **Título do trabalho: O SERVIÇO SOCIAL NO PROGRAMA CONSTRUINDO A CIDADANIA: UMA PERSPECTIVA PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL PAUTADA NOS DIREITOS HUMANOS.** 2019. 39. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

ABSTRACT

Public education policy is one of the areas that is increasingly employing Social Workers. In the municipality of Foz do Iguaçu, from 2006 to 2017, the Building Citizenship Program subsisted. This Program employed Social Assistants in the school environment, both to attend the Municipal Schools, as well as the Centers for Early Childhood Education. The main objective of this article is to discuss the work process of the Social Service in the Program for Building Citizenship in loco to Early Childhood Education, between the years of 2012 and 2017. This way, qualitative research was used through experience reports. The results show that the main activities carried out by the Social Worker during the period were the following: home visit, appointments, orientation, meetings, social report, and other activities required during the work.

Keywords: Education. Social service. Social Worker

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 CAPÍTULO I – O DIREITO HUMANO A EDUCAÇÃO.....	15
1.1 UM BREVE DEBATE SOBRE O DIREITOS HUMANOS	15
1.2 A Política Pública de Educação e a Educação Infantil.....	16
1.3 <i>O Serviço Social na Educação</i>	<i>19</i>
2 CAPÍTULO II -- O Serviço Social no Programa Construindo a Cidadania: A Busca pelos Direitos Humanos.....	24
2.1 O Programa Construindo A Cidadania.....	24
2.2 O Serviço Social na Educação Infantil: Programa Construindo A Cidadania.....	30
2.2.1 Acompanhamento Familiar:.....	34
2.2.2 Fortalecimento do Trabalho em rede.....	35
2.2.3 Assessoria a Equipe da Educação Infantil.....	35
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36

1 INTRODUÇÃO

A profissão de Serviço Social possui diferentes possibilidades de inserção no mercado de trabalho sendo inserido nas mais variadas políticas dentre outros campos de atuações de modo direto e indireto, o profissional, aqui será refletindo no cenário contemporâneo da política pública de educação e suas novas ramificações. Porém, esse espaço ocupacional, vem sendo moldado, e nós mostra cada vez mais desafios a serem confrontados. Nesse sentido, além de sua amplitude, por sua vez o Assistente Social atuar, por exemplo, desde em instituições ligadas a educação básica e até mesmo em nível superior, podemos identificar que em cada espaço sócio ocupacional a atuação do Assistente Social terá características próprias, porém sempre respaldado no código de ética e nas orientações técnicas, pertinentes à categoria.

A inserção do Assistente Social no campo da educação no município de Foz do Iguaçu, ocorreu no ano de 2006 com Projeto “FICA” Programa de atenção aos alunos ausentes da Rede Municipal de Ensino, nos anos seguintes com a ampliação do Programa e a transição do nome sugestivo de “FICA” para o atual Programa Construindo a Cidadania. O referido Programa findou-se no ano 2018, mas, a sua experiência pouco foi registrada de forma acadêmica, embora, tenha sido referência no contexto nacional, inclusive divulgada pelos meios de comunicações.

No contexto da educação infantil, inserida no Programa Construindo a Cidadania, tive a oportunidade, como assistente social de buscar, cotidianamente, contribuir para o acesso da população atendida aos direitos humanos fundamentais. Entendendo os direitos humanos como; direitos fundamentais de qualquer pessoa, independentemente de raça, sexo, idade, religião, opinião política, classe social, que visam resguardar a dignidade inerente a todo ser humano e estão relacionados aos conceitos de Igualdade, Justiça, Democracia e Solidariedade. Estando em consonância a Declaração Universal dos Direitos Humanos no seu Artigo 1º Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

Ao iniciar a especialização em Direitos Humanos na América Latina, no ano 2017, pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana e no decorrer das aulas administradas, as reflexões realizadas nesse contexto possibilitaram a compreensão da importância do papel que eu exercia como assistente social na viabilização dos direitos

humanos no contexto da educação infantil. Era visível que o cotidiano profissional era guiado pela luta em defesa dos direitos humanos.

Tendo em vista, que o público atualmente assistido, não era reconhecido no viés de seus direitos e sim, na alienar de direitos alheios, ou seja, seu direitos só eram reconhecido quando precisava ser discutidos momentaneamente, não na sua essência.

O desejo de aprofundar sobre essa temática encontrou na exigência da construção do Trabalho de Conclusão de Curso da especialização em Direitos Humanos na América Latina, uma ótima oportunidade.

Nessa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo discutir o processo de trabalho do Serviço Social no Programa Construindo a Cidadania, entre os anos de 2012 até 2017 e sua relação com os direitos humanos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que traz a proposta do relato de experiência.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhar com os seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser trazido em números e indicadores quantitativos. (MINAYO, 2019, p. 21)

A pesquisa configurou-se em dois capítulos. O Primeiro Capítulo, esteve formulada sucintamente nas políticas públicas, e do Serviço Social no cotidiano da Educação e os Direitos Humanos, a revisão ocorreu a partir da história da construção da legislação que ampara a educação infantil, destacando as principais mudanças em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, trazendo a política pública de educação infantil e suas fundamentações teóricas na contemporaneidade, preconceitos que envolvem tal temática e o de estar buscando novas estratégias para o enfrentamento da questão social.

O segundo capítulo, fundamentou-se no Programa Construindo a Cidadania e os seus enfrentamentos, ou seja, os enfrentamentos profissionais no cotidiano de cada intervenção. Apresentando assim as experiências vividas

Por meio deste estudo espera-se ainda responder as questões da pesquisa aqui apresentada explanando sobre os Direitos Humanos frente ao processo de reconhecimento de direito e mudanças atuais. Este atuando com quem já está no

cotidiano dessa mudança, ou até que assim possam reescrever a história em um contexto familiar, comunitário e histórico.

1 CAPITULO I – O DIREITO HUMANO A EDUCAÇÃO

1.1 Um Breve Debate sobre os Direitos Humanos

E notório que a Educação vem sofrendo ataques de todos os lados, e quando se tem avanços, concomitantemente ocorrem os retrocessos. E nesse cenário que os Direitos Humanos, vai se fazendo presente e efetivando estudos coerentes em defesa do que já tem conquistado.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos humanos, e de suma importância o reconhecimento da dignidade, dos direitos iguais e inalienáveis. O desconhecimento, a desvalorização, os desrespeitos a falta de conduta de alguns, demonstra todos os dias, a face da informação equivocada, trazendo também a construção diversificada do entendimento individual de cada sujeito. No entanto nessa perspectiva baseamos nos descritos reforçados pelo site da ONU:

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento marco na história dos direitos humanos. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, por meio da Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Ela estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos. Desde sua adoção, em 1948, a DUDH foi traduzida em mais de 500 idiomas – o documento mais traduzido do mundo – e inspirou as constituições de muitos Estados e democracias recentes. A DUDH, em conjunto com o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e seus dois Protocolos Opcionais (sobre procedimento de queixa e sobre pena de morte) e com o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e seu Protocolo Opcional, formam a chamada Carta Internacional dos Direitos Humanos. Uma série de tratados internacionais de direitos humanos e outros instrumentos adotados desde 1945 expandiram o corpo do direito internacional dos direitos humanos. Eles incluem a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio (1948), a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979), a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), entre outras.

Reconhecemos o quão e fundamental a proteção dos direitos humanos mediante há garanti do direito, fundamentalmente respaldado deve ser continuamente fortalecido. Pois as desconstrução esta presente nos discursos daqueles que supostamente estão em defesa de garantir esses direito, ou seja, não e nem mesmo garantir, e sim fazer valer o

que já temos em registro para a defesa dos direitos.

1.2 A POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO INFANTIL

Deveria ser de conhecimento geral, não somente dos que trabalham diretamente com essa política, mais de todos, quando tratamos, ou mesmo, nos apropriamos dos pilares que perpassa a legislação que respalda a política de educação na atual conjuntura.

E necessário contextualizar, de maneira breve e sucinta, sobre os pilares que permeia a legislação atual, quando nos referimos a política de educação, nesse sentido devemos recordar-se da (CF) Constituição Federal de 1988, e da Emenda Constitucional de nº 53/06 e das novas redações dadas no artigo 208 inciso IV- educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade.

Por sua vez e estabelecida pela Lei 9.394/96 (LDB) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e suas alterações atuais, onde determina que a educação infantil e parte integral da educação básica, sendo um direito da criança de 0 a 5 anos de idade e dever do Estado atribuir ações de caráter permanente que possa contribuir para garantir o atendimento gratuito em creches e pré-escolas, independente da condição social daquele que a procura. Não podemos esquecer-nos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que reforça a discussão ao trazer em seu artigo 54 o dever do Estado em relação a esse público. Esses dispositivos legais subsidiam, fortalecem e respaldam a discussão em questão.

Assim, tendo como aporte todos os dispositivos legais citados acima, quando defini e reconhece a criança, como sujeito de direito. Não somente nos mecanismos legais descritos, mais nas intervenções diárias dando possibilidade do reconhecimento desse sujeito.

Levando a refletir diariamente estratégias para que esse sujeito tenha a possibilidade de ser reconhecido, não somente por meios legais, mais também por aqueles que defendem seus direitos, com plásticas diárias de reconhecimento. Remetendo-nos aqui á Educação Infantil e o público que deveria ser assistido cotidianamente, as crianças de 0 a 5 anos de idade, independente das condições de seus familiares. Esse público na atualidade e alvo de debates diários, tendo em defesa, as mais variadas direções, uns a favor e outros contra, tudo depende da ótica em discussão.

Porém é importante ressaltar, que certas discussões causam dúvidas, ao tratar a discussão, somente em uma ótica, ou seja, só a mãe trabalhadora teria direito a vaga para o filho na Educação Infantil. Devemos romper com essa visão, pois tanto a mãe que esta inserida, ou mesmo, será inserida no mercado de trabalho, necessita desse atendimento, como a criança. Não é errado classifica a creche como direito social das mães ou início da vida escolar da criança, no entanto esse paradigma tem que ser rompido, e ser pensado na discussão em defesa de ampliar os atendimentos no direito que essa criança deveria ter.

Nessa perspectiva ao reconhecer na discussão avanços é extraordinariamente, uma evolução, mais devemos nos lembrar de que ainda existem fatores que dificultam o acesso do público em questão, na atual conjuntura pode ser identificado um alto índice de crianças em listas de espera, ou seja, as faltas de vaga em locais próximos de sua residência não podem esquecer-nos da qualidade dos serviços ofertados pelos municípios, dentre os mais variados fatores que inibe o ingresso dessas crianças no âmbito educacional.

Quando nos remetemos ao processo histórico lembramos que no século XIX, com o processo de industrialização e urbanização, a inserção da mulher no mercado de trabalho fez-se necessário, para isso era de suma importância cuidar dos filhos, por não ter onde deixá-los, o atendimento passou a ser na ótica assistencialista, através do atendimento em creches, com o alto índice, a procura por esse atendimento ampliou-se com o objetivo de garantir a qualidade da mão de obra; tornando-se algo vantajoso para o mercado. Justificando sempre as necessidades das famílias, em especial as mães. Ainda temos, enraizados a história e mesmos em dias atuais devemos reestruturar as amarras em defesa da criança e de seu desenvolvimento educacional.

Diante dessa prerrogativa podemos concluir; mesmo tendo passado por uma série de transformações ao longo do processo histórico, ainda estamos engatinhando, ao tratar da educação infantil e do público que acessara esses serviços, assim sendo:

Á educação infantil em nosso país vem ganhando centralidade e embora ainda de maneira insuficiente, é umas das áreas que mais cresce em termos de produção científica. As discussões têm demonstrado preocupação com as políticas destinadas à infância e ao atendimento da faixa etária de zero a cinco anos. Com o reconhecimento da educação infantil como direito da criança e dever do Estado (LDB 9394/96), a pequena infância passa a receber um novo enfoque nas discussões e pesquisas relacionadas à educação. O reconhecimento legal implicou em novas regulações e intensificações nos debates tanto conceituais, quanto legais, de modo que segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI's, (2009), a educação infantil vive um intenso processo

de revisão de concepções, passando a ser pensada e discutida como direito da criança. Mesmo estando claro que a educação é dever do Estado em todos os níveis de ensino, a realidade que temos presenciado é que, diante da dificuldade no atendimento enfrentada pelos municípios, a qual é sempre justificada pelo discurso da insuficiência de recursos destinados à educação infantil, eles passam a priorizar mais a educação de quatro e cinco anos, buscando outros meios para atender a demanda de zero a três anos. Soma-se a esse fato a obrigatoriedade dos anos finais da educação infantil, estabelecida após a Lei nº 12.796/2013, que tem aumentado a demanda de atendimento dessa faixa etária, fazendo com que os municípios busquem estratégias para dar conta de atender também aos menores. (TRENTINI, 2016, p. 14).

Reforçando cada vez mais a importância do reconhecimento da criança de 0 a 5 anos de idade, ao iniciar sua vida escola, no viés do direito, independente das condições familiares. Ainda sobre esse aspecto, não podemos esquecer as discussões realizadas, na obtenção de avanços ao acesso à educação infantil, respaldada na Lei de Diretrizes de Base (LDB) de nº 9.394 /96 que disciplina a educação estabelecendo diretrizes como base da educação nacional. Este está sendo compreendida por três níveis, assim formulada:

- I – a Educação Infantil, que compreende: a Creche, englobando as diferentes etapas do desenvolvimento da criança até 3 (três) anos e 11 (onze) meses; e a Pré-Escola, com duração de 2 (dois) anos.
- II – o Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, com duração de 9 (nove) anos, é organizado e tratado em duas fases: a dos 5 (cinco) anos iniciais e a dos 4 (quatro) anos finais;
- III – o Ensino Médio, com duração mínima de 3 (três) anos. Estas etapas e fases têm previsão de idades próprias, as quais, no entanto, são diversas quando se atenta para alguns pontos como atraso na matrícula e/ou no percurso escolar, repetência, retenção, retorno de quem havia abandonado os estudos, estudantes com deficiência, jovens e adultos sem escolarização ou com esta incompleta, habitantes de zonas rurais, indígenas e quilombolas, adolescentes em regime de acolhimento ou internação, jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. (DCNGEB,2013, p.36).

Assim podemos compreender que a educação infantil, na atual conjuntura integra o sistema de ensino, está sendo reconhecida ao longo dos tempos como a primeira etapa da “Educação Básica, tendo por objetivo o desenvolvimento integral da criança em idade escolar, no cuidado com os seus aspectos físico, afetivo, psicológico, intelectual e social complementando a ação da família e da comunidade” (DCNGEB, 2013). Tal compreensão só será possível, tendo qualidade no atendimento, assegurando a gratuidade em espaços públicos, profissionais qualificados, investimento direcionado a própria política como para os colaboradores sejam eles diretos ou indiretos. Em relação a política de educação em especial a educação infantil precisa ser revisto fatores essenciais que contribuam para o

fortalecimento tanto como o reconhecimento da demanda em questão, processo de transformação diária.

Frente a esse debate não podemos deixar de mencionar, o papel dos municípios entre outras atribuições conferidas ao mesmo; presente nesse processo histórico. Permeamos novamente a legislação e sua reorganização. O público atendido na Educação Infantil, da legitimidade, das organizações e do regime ao trata do sistema de ensino, em relação aos municípios; essa discussão, então, se configura na Constituição Federal do Brasil, em redação dada pela Emenda Constitucional nº 14/96, assim no:

Art. 3º É dada nova redação aos §§ 1º e 2º do art. 211 da Constituição Federal e nele são inseridos mais dois parágrafos:

§ 1º A união organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, os Estados e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.".

Mesmo com todo esse aparato legal, temos consciência de que os municípios ainda têm muito a avançar, no atendimento direto ao público em questão. Não podendo esquecer a enorme procura de mães por vagas próximo, a sua residência, no intuito de facilitar o deslocamento e o acesso a esse serviço. Enquanto que para o Serviço Social, tem como responsabilidade e comprometimento romper com as amarras, do conservadorismo e ter a oportunidade de refletir, não só pelo viés do auxílio as mães, mais hoje como um direito da criança de 0 a 5 anos de idade, já atendido na atualidade.

1.3 O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO.

Considerando que o Serviço Social, na atual conjuntura, requer do profissional, comprometimento com a categoria, coerência e coesão atreladas às demandas determinantes e determinadas, um olhar não somente para o aparente, mais além dele, possibilitando a concretude do exercício profissional, nessa perspectiva é necessário irmos além das demandas impostas no cotidiano profissional, é compreendermos os determinantes que influenciam diretamente no processo de trabalho do Assistente Social.

Nesta perspectiva, vamos de encontro com o relato de Iamamoto (2015, p.19) que “pensar o Serviço Social na contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar da sua recriação”, no atendimento direto e indireto as demandas do cotidiano profissional, um reconhecimento diário da identidade profissional, para outros, ou mesmo, a própria categoria.

Devemos salientar que algumas ações e intervenções do Assistente Social vêm sendo interpretadas de forma equivocada, dando margem para que outros profissionais interprete o trabalho do Assistente Social de maneira irrisório na tentativa de determinar, o que o profissional deve fazer. Claro que a este, compete o posicionamento, quando tem clareza das suas intervenções no campo de trabalho, conseguiu intervir nas relações sociais imposta no cotidiano de suas intervenções.

Porém o profissional que continua na sua redoma de vidro, quando é exigido ir além do aparente, este se percebe desorientado. Assim sendo:

É importante sair da redoma de vidro que aprisiona os assistentes sociais, numa visão de dentro e para dentro do Serviço Social, como pré-condição para que se possa captar as novas mediações e requalificar o fazer profissional, identificando suas particularidades e descobrir alternativas de ação. (IAMAMOTO, 2015, p.20).

Para que haja entendimento em relação às condições objetivas presentes no cotidiano profissional, o Assistente Social tem que romper com as amarras das raízes de seu processo histórico relacionado à caridade, ao mesmo tempo ter “a questão social como centralidade e historicamente atuar em suas múltiplas e complexas manifestações” (AMARO, 2012, p.102). À medida que realiza suas intervenções. Tendo como desafio presente “desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir proposta de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano” (IAMAMOTO, 2015, p.20).

Cabe ressaltar, o Serviço Social possui diversos espaços ocupacionais na atualidade dentre os quais a educação infantil. Então para compreender esta profissão inserida neste contexto, são necessárias reflexões em torno de subsídios teóricos presentes na categoria profissional do Serviço Social. Neste momento, adentraremos o que norteará e dará elementos para enaltecer e “debater”, o Serviço Social na educação, para isso, recorreremos em torno dos Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. Para tanto e válido ressaltar:

A Política de Educação é composta por níveis e modalidades de ensino, cada um deles possui particularidades no tocante a: dinâmica dos espaços ocupacionais,

legislações, prerrogativa dos entes governamentais, profissionais e públicos. Nesse entendimento, pensar em parâmetros para a atuação do/a assistente social na Política de Educação não consideraria de maneira apropriada a complexidade e a diversidade que conforma tal política, tampouco a categoria dispõe de um acúmulo resultante de encontros e reflexões coletivas, assim como de produção de conhecimento, sobre as experiências profissionais realizadas nas diferentes instituições de educação nas quais se insere o/a assistente social, que justificasse essa forma de orientação do exercício profissional, tal como ocorreu, por exemplo, na construção dos parâmetros para a atuação profissional nas políticas de assistência social e saúde. (CFESS, 2014, p.8)

A de se considerar os parâmetros que subsidiara a atuação do profissional no decorrer das descrições que permeara no contexto da educação; períodos de avanços, retrocessos diante de discussões; esse documento nós traz riquezas detalhando os estudos de profissionais, no cotidiano de suas intervenções, sendo ela direta ou indireta com a educação. Enfim:

Pensar a relação do serviço social com a educação tem sido uma tarefa que tem ocupado parte significativa dos/as assistentes sociais, grupos de pesquisa e extensão, equipes e coletivos de profissionais com diferentes inserções no campo das políticas sociais e, sobretudo, aqueles que cotidianamente constroem esta relação em função de uma atividade laborativa inserida nos estabelecimentos que implementam a Política de Educação, ou que requer uma articulação com os mesmos. Cada um desses investimentos pauta o recente processo de aproximação do Serviço Social à temática da educação nos diferentes espaços de debate, construídos em todas as regiões do país, sobretudo aqueles que se desdobram das iniciativas coordenadas pelo Conselho Federal de Serviço Social e pelos Conselhos Regionais de Serviço Social. (CEFSS- CRESS, 2014 p.15).

Em decorrência das direções e orientações da categoria, o Assistente Social, fundamenta e reestrutura suas ações frente às documentações já formuladas, por profissionais que juntos discutem as melhores ações frente às demandas existentes.

Dessa forma, e de extrema importância à permanência do profissional no espaço sócio ocupacional que permeia perpassa no campo educacional, numa perspectiva crítica, com o intuito de que ocorram intervenções coerentes “nos rumos dos direitos sociais conquistados e desejados” (AMARO, 2012, p.104). Tratando sempre com teor de cuidado, tendo a convicção de contribuir com as diversas áreas de conhecimento educacional, ou seja, profissionais atuantes da educação (professor, pedagogo, dentre outros) e o profissional de Serviço Social presente no chão da escola. A de se reconhecer que às exigências são vastas ao solicitar a intervenção do Assistente Social, e que o

desconhecimento, das outras áreas em relação às intervenções profissionais na grade maioria e equivocada. Desse modo o profissional contribuía para o aprimoramento e melhorando o espaço no atendimento ao público alvo, aproximando a família da escola, e os integrantes da escola a respectivas famílias de seus alunos.

Dentro dessa linha podemos identificar o Serviço Social na Educação, nas seguintes ações; estudos socioeconômicos, em relação ao ambiente, ao meio que permeia e suas possíveis transformações diárias, ligados a culturas, crenças e valores, atribuindo assim ao público e seus respectivos familiar; trabalhando diariamente nas relações sociais construídas e sempre “propondo e executando mecanismos que visam à orientação familiar e a integração família - escola - comunidade, bem como garantir o exercício dos direitos elementares da cidadania, tentando minimizando as dificuldades do usuário e de sua família” (CFESS,2001,p.23). Visto que o objetivo central e o atendimento com qualidade aos alunos e seus respectivos familiares, objetivando a educação como dimensão da vida social. Além disso, o Assistente Social na área da educação acompanha diretamente os problemas sociais ligados ao baixo rendimento escolar; evasão escolar; desinteresse pelo aprendizado; problemas com disciplina; insubordinação a qualquer limite ou regra escolar; vulnerabilidade às drogas; atitudes e comportamentos agressivos e violentos, dentre outros fatores ligados diretamente á questão social e suas múltiplas expressões.

Outro ponto a ser compilado por Amaro, (2012, p.15) ao trazer a discussão, de que a escola não pode ser vista somente ao ensino e aprendizagem, ou seja, campo neutro. Sua função na atual conjuntura vai além, torna se ponto de encontro das relações sociais, construída ao decorrer dos caminhos atribuídos a escola, a família e a comunidade, sempre reconhecendo as diversidades e a complexidade que permeia o ambiente escolar “nela habitam e interagem dinamicamente, alunos, pais, professores e profissionais em geral. Cada um desses seguimentos traz para escola sua historia de vida, sua expectativa social, seus valores, suas dificuldades e potencialidades e juntos consagram relações sociais de toda a ordem”. Ainda ao escrito de Amaro (2012, p.17):

Na escola, o papel do assistente social consiste basicamente em apoiar e promover a superação das contradições e dificuldades individuais e coletivas, inerentes á relação entre a escola, sua comunidade e as demandas de seus protagonistas, com vista á efetivação do projeto da escola cidadã.

Dentro desta perspectiva o assistente social vem reescrevendo o seu papel no âmbito educacional, cotidianamente em busca de compreender os fenômenos; ao trazer

“a experiência de profissionais do Serviço Social na Educação e estratégias de intervenção para o enfrentamento das expressões da questão social presente hoje na escola” (SHNEIDER, et HERNANDORENA, 2012,p.7).

E concluir que em decorrência das mudanças e dos mais variados fenômenos. O ambiente pelo qual permeia o campo de trabalho e as ações possíveis do profissional; pois é atuante direto de intervenções sociais, não somente com o seu conhecimento mais compartilhando e contribuindo com as demais áreas do conhecimento que perpassa o chão das escolas, possibilitando assim “acompanhar a dinamicidade do real” e as transformações diárias dos sujeitos que são atendidos diretamente e os indiretamente fazem parte desse processo, continuamente em transformação. Referimo-nos ao Programa Construindo a Cidadania, que será tratado em seguida baseando sempre em relatos.

2 CAPÍTULO II - O SERVIÇO SOCIAL NO PROGRAMA CONSTRUINDO A CIDADANIA: A BUSCA PELOS DIREITOS HUMANOS

2.1 O PROGRAMA CONSTRUINDO A CIDADANIA

Conforme Documentos Internos do Programa Construindo a Cidadania referentes há anos anteriores e no ano atual. Na medida em que os anos iam passando e a demanda aumentando, o Projeto “Fica” Programa de Atenção aos Alunos Ausentes da Rede Municipal de Ensino do Município de Foz do Iguaçu, foi ampliando; lembrando que o referido projeto; este teve como base legal, o Decreto municipal respaldado na Lei de nº. 16.992 de 1 de Março de 2006, nesse período contava com estagiários das áreas de Serviço Social e Psicologia.

Nos anos que sucederam entre 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 o projeto “Fica” contou com a ampliação, tornou-se possível e viável a contratação dos seguintes profissionais, o assistente social, o psicólogo, o fonoaudiólogo; profissionais das mais variadas áreas do conhecimento, formados e habilitados para exercer as respectivas funções, dando início as atividades em caráter de atendimento de equipe multidisciplinar, nessa empreitada o respectivo programa teve como parceiros as seguintes entidades; Nosso Canto - Centro de Adaptação Neurológica total, mantenedora da Escola de Educação Especial Karin Knebel; APASF- Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Foz do Iguaçu; APAE - Associação de Pais e Amigos do Excepcional, conhecida como Escola Melvin Jones. É preciso ter claro, os profissionais eram contratados pelas instituições citadas acima, por meio de entrevistas, apresentações de currículos dentre outras solicitações, após todo o processo, e já contratados eram cedidos para a educação, a nível municipal. Logo foi identificado à necessidade de ampliar, e acrescentar outras áreas para contribuir assim com os profissionais já no chão das escolas; além do assistente social, do psicólogo, do fonoaudiólogo, nesse contexto foi inseridos os seguintes profissionais, Terapeuta Ocupacional e Pedagogia, profissionais esses necessários. Assim o Projeto “Fica” Programa de Atenção aos Alunos Ausentes da Rede Municipal de Ensino do Município de Foz do Iguaçu, justificou sua ampliação assim:

A ampliação deste projeto se justifica pela própria necessidade de se implantar um trabalho que vise o enfrentamento da evasão escolar no amplo sentido de atender as necessidades do aluno, para que ele não entre somente para a sala de aula,

mas que possa ser visto, sentido, e atendido dentro das suas reais necessidades. Este trabalho será desenvolvido para resgatar nesta criança a relação mais importante de uma escola com seu aluno: A relação ensino/aprendizagem.

Considerando que a escolarização, ou seja, a educação básica é direito de todas as crianças é que as práticas pedagógicas realizadas nas instituições escolares devem contribuir, significativamente, para impedir a segregação e o isolamento, dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem.

Tal direito remete-se ao compromisso público de resguardar que toda criança e adolescente tenham acesso a toda a gama de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola, promovendo estratégias que garantam a sua permanência.

Entendemos que a inclusão é um desafio, pois para que os alunos com dificuldades de aprendizagem possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que a escola aprimore suas práticas, a fim de atender às diferenças.

Mobilizar para a inclusão escolar não necessariamente significa que os alunos com necessidades especiais frequentes o ensino regular, pois os princípios da universalidade, equidade e igualdade devem ser salvaguardados a partir da necessidade de cada um. (RIQUELME, 2009, p.11)

Acrescentamos nesse processo “histórico”, a importância de reconhecer a identidade pessoal do aluno, e de seus respectivos familiares, sem deixar de reconhecer também os professores, diretores, coordenadores dentre outros profissionais que fazem parte do cotidiano educacional e contribui com essa transformação diária, em relação ao aluno.

E importante registrar também que entre os anos de 2013,2014, 2015, 2016, 2017, já ocorrido à transição para o então Programa Construindo a Cidadania, onde se acrescentou a área da fisioterapeuta, nesse contexto os profissionais de referência foram diminuídos. Lembrando nesse processo de construção e desconstrução, foram inseridas outras áreas e desconsideradas outras, toda essa dinâmica tinha como objetivo, promover ações visualizando o melhor atendimento ao aluno. Diante disso é válido lembrar que se desvincularam as áreas de Pedagogia e Terapeuta Ocupacional.

Assim foi nesses anos que além de ter sido pensado a nova forma de contratação dos profissionais, foi se idealizado o PSS conhecido como *processo seletivo simplificado*, diretamente vinculado ao município, esse processo estava sendo entendido como uma evolução, pois não haveria mais creche de contrato e os profissionais iria iniciar as atividades em parceria com as equipes das escolas, porém em consonância a esse processo ocorreu à diminuição dos profissionais, estes estavam tendo que atender uma demanda maior do que os outros anos.

Com isso sucedeu que a educação infantil, passou a ser atendida por um equipe técnica composta por uma assistente social e uma psicóloga, com retornos uma vez ao mês, isso pra atender as demandas já definidas nos 34 CMEI,s. Cabe salientar que essas

demandas eram as mais variadas, porém o que estava mais visível, no momento era a questão de inclusão social, saúde, e em ultimo não menos importante a questão da infrequência do aluno, pois nesse espaço ocupacional em relação as faltas, temos muito pra evoluir, pois tem ainda muitas raízes históricas presentes, já descrito anteriormente.

Retornaremos aos documentos internos do referido programa, sua base legal estava fundamentada na Lei de Diretrizes de Base - LDB no seu artigo 58, inciso 1º, haverá quando necessários serviços de apoio especializado na escola regular para atender às peculiaridades da clientela e da educação especial. Tendo como objetivo geral; “elaborar, implantar, implementar e coordenar ações interdisciplinares de combate e enfrentamento da segregação, marginalização e exclusão das crianças e adolescentes, do ensino fundamental, médio e especial nos municípios”. Reforçado no Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art.53 “educação enquanto condição para o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”. Assim sendo as justificativas do então programa permeou em seu processo histórico descrito em varias ótico, porém nenhuma dessas justificativas contemplava a educação infantil, mais os profissionais trabalhavam tendo sempre como base a orientação visando os dispostos abaixo:

A implantação deste projeto se justifica pela própria necessidade de se implementar um trabalho que vise o enfrentamento da evasão escolar no amplo sentido de atender as necessidades do aluno, para que ele não entre somente para a sala de aula, mas que possa ser visto, sentido, e atendido dentro das suas reais necessidades. Este trabalho é desenvolvido para resgatar nesta criança e adolescente a relação mais importante de uma escola com seu aluno: A relação ensino/aprendizagem a socialização e interação da família/escola.(Documentos internos, não datados, mais refere-se ao Programa Construindo a Cidadania , 2017)

Para melhor atender o assistente social no CMEI,s fundamentou-se na evasão escolar e os reflexos que assola o cotidiano desse meio e seus enfrentamentos frente às demandas postas, pelos atores desse processo, os alunos, os professores e seus respectivos familiares, fundamentado na prevenção, e suas transformações diárias. Assim como bases legais o Programa conseguiu se respaldar, ao longo dos anos e passou por transições necessárias.

Nesse período a equipe multidisciplinar era composta por assistente social, psicólogos, fonoaudiólogo e fisioterapeuta. Também foram necessários em alguns momentos à reformulação dos instrumentais para melhor atender ao publico em questão.

Sempre nós referenciando; os instrumentais que eram utilizados no processo de trabalho dos profissionais, estes foram elaborados no Projeto “FICA” e no decorrer do processo de trabalho, alguns foram alterado. Deve ser recordado também que a especificidade, ou seja, a particularidade do programa ao decorrer do percurso foi se ampliando; a centralidade do mesmo, já avia sido expandida.

Porém uma dessas transformações ocorreu com a inserção do fisioterapeuta, e outra foi à nova forma de contratação dos profissionais; ocorrendo em 2015 após o Processo Seletivo Simplificado com contratação direta pelo município, contudo houve reduções do quadro de funcionários em relação ao programa. Lembrando que em anos anteriores havia no quadro de profissionais das mais variadas áreas, uma quantidade significativa de técnicos para atender as demandas da educação no município de Foz do Iguaçu.

Com o processo seletivo, que friso aqui como um avanço, em consonância o retrocesso identificado na diminuição das equipes técnicas que atendia a escolas municipais e os CMEIs. Iniciando com um total 10 de Assistentes Sociais, 9 Psicólogos, 2 Fonoaudióloga e 1 Fisioterapeuta, isso já no ano de 2017.

Especificaremos brevemente as atividades a ser desenvolvida por cada área nesse contexto referimos ao psicólogo escolar, tinha como finalidade desenvolve apoia e promove a utilização de instrumental adequado para o melhor aproveitamento acadêmico do aluno afim de que este se torne um cidadão que contribua produtivamente para a sociedade se utilizando dos conhecimentos sobre desenvolvimento emocional, cognitivo e social para compreender os processos e estilos de aprendizagem e auxiliar a equipe educativa na busca de aprimoramento do processo ensino-aprendizagem. A fonoaudiologia realizava atendimento clínico aos alunos da educação infantil e as das escolas municipais, orientando diretamente os pais, tinham como atribuições as avaliações fonoaudióloga, tratamento de transtornos de linguagem oral e escrita, realizava orientações, palestras aos professores e encaminhamentos médicos que dizem respeito a sua área de atuação. E a fisioterapia acompanhava diretamente os alunos que apresentava significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, de caráter permanente, que acarretam dificuldades em sua interação com o meio físico e social, concomitante a esses procedimentos, realizavam orientações aos pais e professores, atribuídos as suas intervenções profissionais. Pontos esse relacionadas às demandas do cotidiano.

Enquanto que o assistente social tinha como finalidade o atendimento aos alunos e

sua família, objetivando a educação como dimensão da vida social. Possui um caráter ontológico, ou seja, constitutivo dos modos de existência humana, do ser social, da organização da vida em sociedade. No que se refere à educação, ao Serviço Social compete o estudo do ambiente socioeconômico e cultural dos alunos e da família, propondo e executando mecanismos que visam à orientação familiar e a integração família, escola, comunidade, bem como garantir o exercício dos direitos elementares da cidadania, minimizando as dificuldades do aluno e de sua família.

Ainda, conforme o CFESS (2001), os problemas sociais a serem combatidos pelo assistente social na área da educação são: Baixo rendimento escolar; Evasão escolar; Desinteresse pelo aprendizado; Problemas com disciplina; Insubordinação a qualquer limite ou regra escolar; Vulnerabilidade às drogas; Atitudes e comportamentos agressivos e violentos (Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, 2001, p.23).

Ao descrever previamente a função dos referidos profissionais nos deixa evidente o quanto são importantes cada um no seu espaço sócio ocupacional, contribuindo com suas áreas de conhecimento, no intuito de melhor assistir o público, deixaremos evidenciado o quão é importante à presença desses profissionais na educação.

CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil			
1	Amina Barakat - Jardim Itaipu	18	Julia Ferrais -Portal da Foz
2	Amor Perfeito - Cidade Nova	19	Lindóia - Jd. Lindóia
3	Antonio Ferreira Damião – Curitibano II	20-	Mamãe Agenora – Ouro Verde
4	Ariano Vila Suassuna- Parque Ouro Verde	21	Maricota Basso- Jd. São Paulo
5	Bárbara Matos Januário- Morumbi III	22	NOVO HORIZONTE- Jard. Novo Horizonte.
6	Campos do Iguaçu– Campos do Iguaçu	23	Osvaldo Goch - Vila Borges
7	Carlos Gouto- Vila São Sebastião	24	OURO VERDE – Parque Ouro Verde
8	Celeste Sottomaioir – Jrdim. Parana	25	Ozires Santos – Conj.Habitacional Bupas

9	Cláudio da Silva Lourenço – Conj. Sol de Maio.	26	Pingo de Gente -Cohapar III
10	Comendador Pedro Jacob Lakus – Três Bandeiras	27	Professora Nilva De Jesus – Jardim Carla/ AKLP
11	Dom Olívio Aurélio Fazza- Porto Belo	28	Ramona Rodrigues Dotto- Jardim América
12	Elfrida Keller- vila Adriana I	29-	Rosa Cirilo De Castro- Profilurb -2
13	Flor De Acacia- Jd. Califórnia	30	São Francisco- Morumbi -2
14	Flor De Lis - Vila C Nova	31-	Soldadinho De Chunbo- Ouro Verde
15	Inácia Menezes dos Santos- Morumbi 1	32	Três Lagoas- Três Lagoas
16	João de Aquino -Santa Rita	33	Victorio Basso- Parque Imperatriz
17	JOSÉ BENTO VIDAL - Vila C Velha	34	Vila Esmeralda – vila esmeralda.

Devo salientar também nessa trajetória em relação ao ano de 2017, antes de finalizar o então Programa Construindo a Cidadania, devemos registrar o quadro funcional atual, Assistente Social (7), Psicólogo (9), Fonoaudiólogos (2) e Fisioterapeuta (1). Relembrando esses profissionais tinham como responsabilidade e comprometimento, atender as demandas, que chega através do instrumental preenchido pelos profissionais que trabalhava diretamente com os alunos, das escolas municipais e dos CMEIs. Demandas essas especificam de cada Categoria, permitindo assim o trabalho, multidisciplinar. Demandas do cotidiano das escolas e do CMEIs, cada um respeitando a sua especificidade; claro avia conflitos, mais esse e um processo de trabalho que ocorre divergências, dependendo da ótica pode ser para construir ou destruir.

Aqui devo salientar o atendimento na educação infantil, ocorreu de 2015, a meados de 2016, esse atendimento estava diretamente ligado à educação infantil e os respectivos locais; a assistente social e a psicóloga, responsável por esse publico, realizava as visitas técnicas, uma vês por mês os 34 CMEIs do município de foz do Iguaçu. No atendimento direto as mais variadas demandas, atribuídas a cada área, mais sempre em parceria. Assim abaixo podemos realizar um comparativo de região e deslocamento.

Tabela 01- Dados das distribuições dos CMEIs, e suas respectivas localidades. Acompanhadas pela Assistente Social e a Psicóloga, equipe de referencia, entre os anos de 2015 a 2016. As técnicas em questão realizavam as visitas nos referidos locais, já com ações de intervenções concretas, com a finalidade de atender as demandas direcionadas aos publico desse espaço.

Fonte: tabela elaborada pela pesquisadora no ano de 2017

Tabela 02- Dados descritos de como estavam distribuídos os Profissionais de Serviço Social e Psicologia, no atendimento direto e indireto relacionadas às demandas que permeavam o âmbito das Escolas Municipais em Foz do Iguaçu entre os anos de 2015 á 2017. Assim atendendo as regiões Mistas são elas as seguintes:

DUPLA 1	Escolas Municipais: Eloi Lohmann; João da Costa Viana; Três Bandeiras; Profª Rosália de Amorim Silva; Olavo Bilac; Santa Rita de Cassia, Papa João Paulo.
DUPLA 2	Escolas Municipais: João Adão da Silva; Olimpio Rafagnin; Parigo de Souza; Dirceu Lopes; Duque de Caxias; Cora coralina;
DUPLA 3	Escolas Municipais: Joaõ XXII; Emilio de Menezes; Osvaldo cruz; Irio Manganelli; Benedito João Cordeiro; Frederico Engel;
DUPLA 4	Escolas Municipais: Jorge Amado; Arnaldo Isidoro de Lima; Ademar Marques Curvo; Altair Ferrais da Silva; Gabriela Mistral; Profª Elenice Melhorança; Ponte da Amizade;
DUPLA 5	Escolas Municipais: Adele Zanotto; Acácio Pedroso; Jardim Naipi; Lucia Marlene, Cecilia Meireles; DaVila Shalon;
DUPLA 6	Escolas Municipais: Augusto Verner; Julio Passa; Getulio Vargas; Erico Verissimo; Vinicius de Moraes; Antônio Gonçalves Dias;
DUPLA 7	Escolas Municipais: Anita Garibaldi; Princesa Isabel; Eleodoro Pereira; Ceres de Ferrantes, Brigadeiro Antônio, Carlos Gomes.
DUPLA 8	Escolas Municipais: Candido Portinari; Belvedere; Monteiro Lobato; Najla Baracat; Padre Luigi; Susana Balen; Josinete Holler

Fonte: tabela elaborada pela pesquisadora no ano de 2017

2.2. O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PROGRAMA CONSTRUINDO A CIDADANIA

O Serviço Social na Educação Infantil iniciou sua trajetória em 2012, com o objetivo de atender o público em questão, as demandas eram as mais variadas. Porém o foco não estava sendo atribuído diretamente ao aluno e a infrequência; mais em atender indiretamente as solicitações dos lugares, às vezes prestavam-se orientações aos locais de onde encaminhar e o que deveria ser realizado em relação àquela situação. Não esquecendo também que acompanhava os alunos que estavam passando por processo de saúde, ou seja, alunos que necessitavam de ser acompanhado por especialistas, que necessitava de diagnóstico e que continuavam na fila de espera, alunos que os pais eram negligentes, o grupo pedagógico no geral, quando estes não sabiam como tratar a situação apresentada a eles pelos alunos e o seus responsáveis. Nesse período o profissional de Serviço Social adentra este campo sem a equipe multidisciplinar, acabou identificando a necessidade de outras áreas, nesse espaço para o atendimento, em sua grande maioria era realizado os encaminhamentos para as áreas afins ou para rede de proteção desses público. Com relação a esse ano o Serviço Social só atendia 5 CMEIs.

Após mudanças e um período sem atender a educação infantil, em 2014 a gestão identificou a necessidade do retorno aos atendimentos, as crianças matriculadas no CMEIs do município com a seguinte logística dois Assistentes Sociais, dois Psicólogos e uma fonoaudióloga e uma fisioterapeuta. Os profissionais foram divididos em equipes, Assistente Sociais, Psicólogos, com a finalidade de atender 16 CMEIs cada equipe, já a fonoaudiologia e a fisioterapia atendiam as demandas em sua totalidade, conforme os encaminhamentos eram direcionados ao atendimento, identificado pelas equipes que ficavam nos locais.

Em 2015 ocorreu à contratação dos profissionais para atender o programa através do PSS esse processo aos olhos de muitos se tornou um avanço e ao mesmo tempo um retrocesso, diminuição das equipes com a diminuição das equipes multidisciplinar. Entre o referido ano até meados de 2016 e com a diminuição das equipes. Os referidos técnicos, a Assistente Social e a Psicóloga, passou a atender os 34 CMEIs, realizando as visitas aos locais uma vez ao mês com a finalidade do continuamente e dos atende as demandas já existentes nos referidos locais. Os retornos só eram possíveis na grande maioria uma vez ao mês, em relação a grande demanda, às vezes priorizava os locais

onde havia, um numero excessivo de demanda e necessitava de um retorno imediato, não que os outros locais não necessitava, porém em sua grande maioria não solicitava.

Devo salientar os instrumentais eram preenchidos pela equipe técnica da educação infantil (professores, diretores, coordenadores) estes descreviam a situação do aluno, evidenciando que profissional deveria atender, porem na grande maioria o assistente social, realizada intervenções. Esse era um dos procedimentos utilizado para justificar o retorno, a quantidade de fichas relacionadas aos contextos escolares, ou seja, do local. Às vezes o retorno aos locais, era condicionado a demandas emergenciais definidas pela Secretaria de Educação, onde a própria Secretaria nos informava e tínhamos que retornar o mais breve possível neste local.

No enfrentamento diário, às vezes tentávamos apagar o incêndio e na grande maioria conseguia. Lembrando que as intervenções eram realizadas por esta que voz descreve. Até meados de 2016, mediante solicitação de transferência de local, após esse período e com a diminuição de profissionais, ocorreu à transferência para as escolas municipais. No entanto cabe aqui lembrar que o Serviço Social não se desvinculou totalmente desse espaço, mais formatou os atendimentos somente no campo emergencial, vinculados à saúde, a infrequência, e os enfrentamentos que se fizeram necessários em relação aos espaços educacionais.

Compreender que a intervenção do Serviço Social, nesse espaço ao longo dos anos, foi sendo construída diariamente, a visão dos locais em relação ao profissional de Serviço Social, era as mais variadas dentre elas estão (coibir, policiar, punir dentre outras, que não convém registrar), porem são palavras pesadas; mais reais para a discussão. E claro que toda essa visão era direcionada ao publico atendido na educação infantil, dentre as mais variadas idealizações, negativamente refletida ao profissional. Tendo nesse contexto, que desmistificar toda a idealização construída pelos indivíduos presente nesse espaço sócio ocupacional. Em alguns momentos se ouvia comentário nas quais se identificava a importância do profissional nesse espaço, tanto quanto do porque dele esta ali. Esse processo foi descrito como uma construção diária de uma categoria que necessita estar presente, com o objetivo de fortalecer e contribuir diariamente com esse espaço.

E valido salientar também que o trabalho realizado, no decorrer dos anos, nos Centros de Educação Infantil do Município de Foz do Iguaçu, pode se perder, pois não consta em registro, exceto os instrumentais, que era utilizado para definir as ações e as intervenções do profissional, ou seja, o trabalho era registrado diariamente tanto nos

procedimentos dos alunos, quanto os que eram utilizados para contabilizar os atendimentos do mês, ou mesmo, finalizar anualmente os dados quantitativos, e a educação infantil, não tinha como objetivo principal as faltas e sim outros fatores.

Lembrando que o contexto de faltas na educação infantil era trabalhado no viés da prevenção e orientação com o intuito de evitar complicações maiores para os responsáveis dos alunos, e valido salientar que ações como medida de proteção ao publico atendendo na educação infantil em relação às faltas só foram possível, a partir de 2016, com intervenções mais direcionadas o órgão de proteção, o Conselho tutelar, visando sempre a proteção, já que esse publico e um dos menos assistido, pois entende que estão sobre a proteção dos pais e responsáveis, mais a grande maioria esta desassistida.

Nesse mesma perspectiva os atendimentos ao publico alvo da Educação Infantil; fundamentaram-se no atendimento de alunos onde os pais e responsáveis estavam negligenciando o contexto de saúde da criança, dentre os mais variados especialistas. Tendo também o processo ao contrario, a criança permanecia no sistema, pois eram entendido que não necessitavam do atendimento especializado por ser muito novo, com o trabalho de orientação e sensibilizar as famílias da importância do retorno a esse especialista, os mesmo, retornavam ao ponto de partida, alguns desistam em decorrência da demora e dos inúmeros, não recebidos, mais as grandes maiorias insistiam e traziam, respostas sobre a situação em relação à saúde positivamente.

Os atendimentos também fundamentava na permanencia dos alunos nesse espaço, ou seja, sensibilizar os profissionais em relação à criança, e a importância deles na vida e no desenvolvimento dos mesmos. Havia uma grande dificuldade de lidar com o diferente, algumas dessas crianças estavam no processo de inclusão, já tinham diagnostico, outros estavam no processo de investigação, relacionados à saúde. Em sua grande maioria, identificava que não era somente a família que deixava a desejar se tratando da criança, mais os espaços que deveriam proteger deixava desassistidos e vulneráveis. Simplesmente pelo fato de não conseguir lidar. Era essencial reconhecer que a educação infantil, não e mais um espaço de assistencialismo ou caridade, e sim de Direto daqueles que necessitam esta nesse espaço. Nesse período o profissional de Serviço Social, chegava a ouvir coisas absurdas relacionadas à criança, nem sempre era em defesa da mesma, porem na grande maioria conseguia contornar.

Por fim o trabalho no Programa Construindo a Cidadania finalizou no primeiro semestre de 2017, com o processo de arquivamento de todos os dados dos

alunos atendidos pelo referido programa. Enfim as ações da Assistente Social para promoção e proteção do público em questão eram as mais variadas algumas surtiam efeito imediato, outras não, sendo necessário continuar o acompanhamento com as famílias dos referidos alunos. Para que este não permanecesse desassistido; sobre isso discutiremos a seguir.

2.2.1 Acompanhamentos Familiar:

E necessário descrever sobre o acompanhamento familiar, tinha como finalidade, aproximar a escola da realidade de seu aluno e seus respectivos familiares, realizando uma articulação entre escola e a família. A família cabe reconhecer como sujeito pertencente a esse espaço, e a escola cabe fazer com que essa família seja parte desse processo, ou seja:

A articulação entre as famílias e a escola é uma das tarefas primordiais do assistente social, desenvolvendo contatos com os pais e responsáveis, a fim de estreitar os vínculos destes com a instituição educacional e reforçar o senso de responsabilidade destes pelo desenvolvimento e pela aprendizagem dos filhos. A partir do conhecimento de dinâmicas de grupo, o assistente social pode facilitar o fluxo de demandas, críticas, sugestões, provenientes das famílias, coletar dados e informações para subsidiar as reflexões dos professores e da coordenação pedagógica. Esse trabalho deveria ser concebido e executado de comum acordo entre o assistente social e a implementação de ações que se complementem. (SANTOS, 2012, p.130)

Contudo o acompanhamento dos familiares além dessa ação que deveria ser possível, também tinha no seu contexto de ações possíveis, competência do assistente social estava atrelada aos atendimentos, as orientações, as entrevistas, os contatos telefônicos, as Visitas domiciliares e os encaminhar para as mais variadas políticas. Com o objetivo de fortalecer o trabalho em rede e atender os alunos e seus respectivos familiares era realizado continuamente o contato com a rede de proteção (Conselho Tutelar, CRAS, postos de saúde, Centro de Nutrição, APAE, Nosso Canto, Apasf,) as redes de proteção da própria localidade (bairro), dentre outras que no momento que era identificada a necessidade era encaminhado.

Nesse período foi possível também prestar Assessoria as Equipes da Educação infantil, como para eles era algo novo, o assistente social, no espaço onde só fazia parte o professor, agente de apoios, coordenador, diretor e a Secretaria de Educação e seu representante. Teve que se iniciar uma orientação do trabalho do profissional. Pois na sua

grande maioria acreditava-se que o profissional de Serviço Social havia sido inserido nesse meio, para puni-los, ou punir os pais das referidas crianças. A visão que tinham era de um profissional nos moldes policiais. Que o profissional tinha que ir à casa dos pais de seus alunos, ensinar como cuidar de sua casa, dentre as comparações mais absurdas.

O trabalho coincidia no âmbito da assessoria “no sentido de pensar e propor alternativas diante de problemas e demandas de decisões, típicas dessa instância organizacional” (SANTOS 2012, p.130). No entanto para chegar nessa perspectiva foi realizado um trabalho diário de avanços e retrocessos do assistente social, ocorrendo assim melhoras e um entendimento significativos, das competências e atribuições. Não podem ser esquecidos de mencionar, que nesse processo ocorreram enfrentamentos, possíveis de ser analisados. Mais recordando agora e necessário.

2.2.2 Fortalecimento do Trabalho em rede:

O longo de todos esses processos histórico observa-se que chegava as mais variadas demandas, no processo de trabalho do Serviço Social, diante disso era necessária realizar encaminhamento para a rede de proteção. A rede de proteção nesse processo, estando sempre presente era o CRAS- Centro de Referência de Assistência Social, o Conselho Tutelar, os mecanismos de defesa da região, o centro de convivência, o posto de saúde, a própria secretaria da educação, as escolas especiais e seus colaboradores, a equipe técnica do Construindo a Cidadania, e a comunidade, contribuía muito. Claro variava de região. Também quando era convidado por outros locais, o serviço social participava de reunião. No entanto esses convites eram exceção, pois o profissional pra ser reconhecido nesse espaço, além de realizar os enfrentamentos com os locais, ainda realizava defesa diária em relação a esse espaço e o público em questão, em relação à categoria.

2.2.3. Assessoria a Equipe da Educação infantil:

Quando iniciou o trabalho do Serviço Social, na educação infantil, era necessário o assistente social, quando não podia estar presente, naquele espaço, acabava orientando por telefone o professor ou direção como proceder em relação à demanda deparada por eles naquele espaço, em sua grande maioria, era ações diretas deles, não avia a necessidade do profissional dirigir-se ao local. Este explicava como poderiam procede em

relação à situação, e quando tinha a oportunidade do retorno verificava se aviam seguidas as orientações, na grande maioria sim.

Diante disso, podemos identificar essa ação como acessória, visando auxiliar, ajudar ou mesmo, apontar caminho a ser seguidos. Enfim o assessoramento para a equipe da educação infantil era possível quando estes estavam em dificuldades, ou não sabiam como proceder em relação às situações do momento.

Podendo assim identificar no cotidiano educacional muitas demandas, estavam aparecendo e na grande maioria, os profissionais não conseguiam corresponder, em decorrência de sua formação de docente não dão conta de responder, as demandas que são no nível social e que muitas vezes, os diretores, coordenadores, professores, buscavam o apoio do serviço social para contribuir com orientações, em ações mais focadas, e às vezes só mente um contato que desse o local um direcionamento concreto. Foi nesse espaço sócio ocupacional que o serviço social se fez presente.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos explicar atrelado aos direitos humanos, o trabalho do profissional, na educação infantil, frente aos avanços e retrocessos interligando ao Direitos Humanos, no decorrer dos descritos foram atrelado os desafios e as possibilidades presentes no processo de trabalho do profissional que atuam no chão das escolas municipais e nos Centros de Educação Infantil no Município de Foz do Iguaçu-PR.

Assim concluímos que o Serviço social no âmbito das política de educação e uma profissão necessária e mesmo que a educação infantil, ainda que seja, uma área de pouca intervenção do profissional por falta de articulações e reconhecimento desse meio, faz se necessário a articulação dos demais para que esse público seja assistido pelo assistente social. Pois a profissão tem como objeto de intervenção a questão social e suas múltiplas expressões, ou seja, as mais variadas formas que se toma o cotidiano no âmbito social, e suas complexidades em relação às políticas. O assistente social busca incessantemente por meio das políticas, responder com ações coerentes às demandas apresentadas no cotidiano do trabalho, contribuindo com os espaços sócios ocupacionais.

Assim reconheço que o Programa Construindo a Cidadania, no âmbito municipal poderá ser reconhecido se não for esquecido; como um dos Programas que conseguiu

atingir o público alvo na sua essência, com ações e intervenções diretas e indiretas, mesmo que em longo prazo.

Por fim com a finalidade de realizar ações diretas para que possa melhorar o atendimento ao público em questão o trabalho nesse ambiente tornou-se de suma importância. No entanto reconhecer que esse contexto levando em consideração a educação infantil, tem muito a evoluir, e para que ocorram futuras ações que visem o atendimento com mais qualidade.

A educação, politicamente terá que realizar projetos que possam contribuir com todo o âmbito educacional, visando sempre o melhor acolhimento para os seus alunos. Não somente para o favorecimento da minoria, mais que o trabalho possa ser contínuo, dando condições possíveis a todos, seja, os alunos e seus respectivos familiares como o próprio corpo docente da escola. Com ações e intervenções necessárias, sempre com a finalidade de melhorar o meio ao qual pertencemos, seja como autores ou coadjuvantes da própria história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARO, Sarita. **SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: base para o trabalho profissional.** – Florianópolis Ed. da UFSC, 2012.

A **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/> Acessado em 22 dez. 2018.

A **educação em direitos humanos na educação infantil:** formação de sujeito de direitos. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/1887/667>. Acessado em janeiro 20 de 2019

BARROS, Miguel Daladier. **Educação infantil: o que diz a legislação.** Disponível em; <http://www.lfg.com.br>. Ou <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/168958/artigos-educacao-infantil-o-que-diz-a-legislacao> Acessado em: 03 jul.2017, <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10650040/artigo-208-da-constituicao-federal-de-1988> as 19;27 do dia 05-07-2017

Creche: direito da mãe trabalhadora ou direito da criança. Disponível em: <https://cmoreira2.jusbrasil.com.br/artigos/112347105/creche-direito-da-mae-trabalhadora-ou-direito-da-crianca>? Acessado em 19 jul.2017.

CFESS. SUBSIDIO PARA A ATUAÇÃO DE ASSISTENTE SOCIAIS NA POLITICA DE EDUCAÇÃO. Serie 3.Trabalho e projeto profissional nas Politicas Sociais. Gestão Tempo de Luta e Resistência. (2011-2014).

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p.

IAMAMOTO, Maria Villela. **O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: trabalho e formação profissional.** 26. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. **Normas da ABNT: Comentadas para trabalhos científicos.** 5ª edição. Curitiba: Juruá, 2012. P 98- 2ª Impressão (Ano 2015)

LEMONS, Escarlet Luiza et Riquelme, Janini Maria. **EDUCAÇÃO: Frequência obrigatória!** 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

ORIENTÇÕES PARA (RE) ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO DE PROPOSTA PEDAGOGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL. Superintendência da Educação- Departamento de Ensino Fundamental Coordenação Pedagógica de Educação Infantil. Curitiba, 2006.

OLIVEIRA, Maria Marly de; **Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e tese – 5 ed.[rev] –** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011

POLITICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: Relatório de avaliação / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB; UNESCO, 2009.

PROVÍNCIA MARISTA DO RIO GRANDE DO SUL – **Serviço Social NA Educação : perspectivas e possibilidades /** Organização de Glaucia Schneider e Maria do Carmo Hernandorena. – Porto Alegre: CMC, 2012. 80p.

RIQUELME, Janini Maria. **Coordenadora do Programa FICA- SMED**, 2006.

SILVA, Euni Rodrigues da. **ESCOLA MUNICIPAL PONTE DA AMIZADE DE FOZ DO IGUAÇU: Dilemas e Desafios na Manutenção dos alunos evadidos na Educação Básica**. 2012.

SANTOS, Nelma Souza dos. **SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: Contribuições Do Assistente Social Na Escola. Vivências**. Vol.8, N.15: p.124-134, Outubro/2012. Disponível em http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_015/artigos/pdf/Artigo_10.pdf . Acessado em 30 jul.2017

http://www.iunib.com/revista_juridica/2010/11/19/a-ldb-e-a-constituicao-brasileira-de-1988-os-dois-pilares-da-atual-legislacao-educacional-nacional/ Acessado no dia 26-03-2017 as 20:54.

<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-v-constituicao-de-1988-o-brasil-20-anos-depois.-os-cidadaos-na-c> 21: 09 do dia 26 de março de 2017.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm 22:35. 26-03-2017

<http://pedagogia.tripod.com/infantil/novaldb.htm> 19:51 05-07-2017 as 19:51

Souza Rafael de. **O direito à creche e o dever do Estado**. Disponível em: <https://rafaeldesouzamiranda.jusbrasil.com.br/artigos/111671296/o-direito-a-creche-e-o-dever-do-estado> . Acessado em 05 jul.2017.

TRENTINI, JULCIMARA. **Direito à educação ou direito à creche: o que fundamenta o atendimento à criança de 0 a 3 anos na região da Amunesc?** Julcimara Trentini; Orientadora Dra Rosania Campos - Joinville – UNIVILLE, 2016.